

Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação

Recebido: 26.03.14

Aprovado: 03.06.15

Ednaldo Aparecido Ribeiro
& Julian Borba*

* Ednaldo Aparecido Ribeiro, professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. <ednaldoribeiro@icloud.com>. Julian Borba, professor associado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. <borbajulian@yahoo.com.br>.

Resumo: Investigações recentes têm identificado cenário ambíguo de redução no envolvimento dos cidadãos em modalidades tradicionais e elevações consideráveis em formas contestatórias de mobilização. As interpretações acerca das consequências desse fenômeno são diversas, algumas apontando para os perigos da desmobilização tradicional e da apatia; outras enxergando na contestação impulso para o aprofundamento democrático. Quanto às possíveis causas, podemos encontrar clara divisão em duas perspectivas dominantes: de um lado, há pesquisadores que enfatizam fatores de ordem estrutural ou macro, tais como o nível de desenvolvimento econômico nacional e o grau de abertura do sistema político; de outro, encontramos autores que apontam para a relevância de atributos individuais, como sentimentos, atitudes e valores. Nessa segunda perspectiva analítica, todavia, um aspecto relevante continua pouco explorado: a personalidade individual. Os recentes avanços nos estudos em psicologia social sobre esse tema têm revelado que os indivíduos se distinguem em termos de traços psicológicos marcantes que se refletem em comportamentos mais inovadores ou conservadores, extrovertidos ou tímidos, responsáveis ou inconsequentes, dentre outros. Apesar da plausível relação entre esses tipos de personalidades e padrões de comportamentos políticos, poucos são os estudos que até o presente momento focalizam esse condicionante do engajamento dos cidadãos em diferentes formas de ativismo político. O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa que procurou testar no plano empírico algumas hipóteses acerca desse relacionamento, focalizando especificamente o protesto político entre o público latino-americano. A base empírica para os testes é composta pelos dados produzidos pelo Latin American Public Project (Lapop), em sua onda de 2010, para um conjunto de 17 países. Com base em modelos estatísticos multivariados, foi possível identificar que alguns dos componentes da personalidade estão associados de maneira consistente ao ativismo contestatório na região analisada.

Palavras-chaves: participação política, protesto político, personalidade, psicologia política, América Latina.

Introdução

A té a primeira metade do século passado, os estudos sobre comportamento político limitavam a sua atenção ao que podemos chamar de modalidades de participação eleitorais, com destaque para o comparecimento eleitoral e o envolvimento com os partidos políticos. Esse cenário só começa a se alterar em 1960, com a eclosão dos “novos movimentos sociais” e a expansão dessas formas de mobilização que Norris (2007: 639) denomina de participação *cause-oriented*, fortemente ligadas às atividades de contestação.

Como não poderia ser diferente, a crescente relevância desse tipo de comportamento tem inspirado a formulação de teorias e de hipóteses sobre os fatores que favoreceriam a sua ocorrência. De uma forma geral, tais abordagens se dividem em dois grupos: (1) teorias de nível macro, que enfatizam variáveis estruturais nacionais; e (2) teorias de nível micro, que privilegiam variáveis e atributos individuais.

A relação entre esses dois níveis de condicionantes tem sido recentemente pesquisada (Dalton, Sickle & Weldon, 2009) e os primeiros resultados apontam para a necessidade de integração entre dimensões macrossociológicas, como o desenvolvimento econômico e político do contexto em que a ação política ocorre (Tarrow, 1998; Dalton & Rohrschneider, 2002), e atributos de natureza individual, como recursos materiais, intelectuais e sociais (Milbrath, 1965).

Nosso foco, neste artigo, todavia, estará centrado sobre um dos fatores individuais que tem sido pouco analisado pelos pesquisadores da participação: a *personalidade*.

Como a participação resulta das interações entre os indivíduos e os aspectos do ambiente social e político, alguns pesquisadores têm defendido que diferenças psicológicas fundamentais devem ser consideradas na explicação do comportamento político participativo. Como as pessoas reconhecidamente apresentam diferentes constituições psicológicas, em alguma medida essas peculiaridades podem influenciar seus padrões de atuação política.

Apesar da plausibilidade desse argumento, são poucos os pesquisadores que têm se dedicado a estabelecer essa interface entre ciência política e psicologia através de investigações que empiricamente procurem identificar as relações entre os traços de personalidade e as distintas formas de engajamento político nas democracias contemporâneas. Algumas iniciativas devem ser destacadas por seu pioneirismo na área, como de Paul Mussen e Anne Wyszynski (1952), que ainda na década de 1950 constaram que indivíduos menos participativos tinham tendência à passividade, rigidez de pensamento e submissão à autoridade e a de Paul Sniderman (1975), que publicou nos anos 1970 o livro *Personality and democratic politics*, mostrando que a participação estava associada à autoestima elevada.

Para Mondak *et alii* (2010), a escassez de pesquisas sobre essa dimensão do fenômeno participativo durante muito tempo foi explicada pela falta de consenso sobre uma taxonomia da personalidade e também pela inexistência de bases de dados confiáveis que combinassem indicadores dos componentes psicológicos fundamentais e também sobre participação – condição fundamental para a condução de testes sobre essa suposta relação. Na última década, entretanto, esses obstáculos começaram a ruir com o desenvolvimento de modelos capazes de captar essas estruturas psicológicas de forma

suficientemente parcimoniosa para serem inseridas em questionários convencionais. Como consequência desses avanços teóricos e metodológicos, novos estudos sobre o tema têm sido publicados nos últimos anos (Denny & Doyle, 2008; Mondak & Halperin, 2008; Vecchione & Caprara, 2009; Mondak, 2010; Mondak *et alii*, 2010).

A maior parte desses trabalhos concentra sua atenção sobre o comparecimento eleitoral e outras formas de ativismo relacionadas às instituições representativas, como a filiação partidária, o trabalho em campanhas e o contato com representantes eleitos (Denny & Doyle, 2008; Gerber *et alii*, 2010; Blais & Labbé St.-Vincent, 2011). Poucas são as pesquisas, como as de Jeffery Mondak (2010), Mondak *et alii* (2011) e Aina Gallego e Daniel Oberski (2012), que têm abordado especificamente as modalidades contestatórias. Os dois primeiros trabalhos ainda limitam o seu olhar apenas ao envolvimento em manifestações gerais. O trabalho de Aina Gallego e Daniel Oberski (2012) apresenta análise detalhada sobre os efeitos diretos e indiretos dos traços de personalidade sobre o engajamento em distintas modalidades de protesto como abaixo-assinados, boicotes e ocupações.

É importante destacar que esses poucos estudos tomam como realidade empírica nações como os Estados Unidos, a Inglaterra e, no caso dessa última pesquisa mencionada, a Espanha. São, portanto, mais raros ainda os estudos conduzidos nos países que experimentaram processos recentes de democratização, como os que compõem a América Latina. As únicas exceções para a região são dois trabalhos de Mondak *et alii* publicados em 2010, mas que se limitam a apenas dois países, o Uruguai e a Venezuela.

O presente artigo pretende oferecer contribuição para esse profícuo debate ao tomar como objeto um contingente bem maior de países dessa região, concorrendo assim para a efetiva verificação desses efeitos em contextos socioeconômicos e institucionais bastante distintos dos verificados em nações desenvolvidas e com longo histórico democrático.

Antes, porém, de apresentar essas contribuições empíricas, em razão do caráter relativamente novo desse campo de investigação, nas três primeiras seções nos dedicamos a discutir alguns pontos fundamentais que orientam a condução dos trabalhos nessa interface entre psicologia e política. Na primeira delas, apresentamos o conceito de personalidade utilizado nessa pesquisa e discutimos as implicações teóricas e metodológicas dessa opção; na segunda seção, apresentamos o quadro atual das investigações sobre a influência dos traços de personalidade sobre as atitudes e comportamentos políticos em geral; para finalizar a parte de revisão, discutimos mais especificamente os avanços recentes no conhecimento sobre as relações entre ativismo contestatório e personalidade.

Na segunda parte do artigo, explicitamos inicialmente a natureza dos dados empregados na pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados e, na sequência, passamos à exposição e discussão dos resultados encontrados.

Personalidade: conceito, conteúdos e mensuração

O significado da personalidade como conceito e objeto de pesquisa tem sido alvo de polêmica há várias décadas entre os psicólogos, ao ponto de um importante pesquisador ter escrito, na década de 1970, que “*personality is like love: everyone agrees it exists, but disagrees on what it is*” (Cattell, 1973: 41). Décadas se passaram e a divergência continua existindo, ainda que importantes passos em direção a um consenso mínimo tenham sido dados, especialmente nos últimos 20 anos.

Como nossa intenção é investigar a relação entre personalidade e participação política, somos obrigados a nos posicionar nesse debate em prol de uma definição que possa ser viável quanto ao teste empírico de hipóteses próprias ao campo de pesquisas sobre o comportamento político, a partir dos dados normalmente utilizados na área. Assim como ocorre com outros objetos, pode-se definir personalidade de várias formas, com as mais variadas finalidades, mas poucas dessas definições são aplicáveis em termos metodológicos e técnicos por sociólogos e cientistas políticos em suas atividades de pesquisa cotidianas.

Na busca por uma definição operacionalizável, uma primeira aproximação conceitual associa a personalidade a uma estrutura interna – ou psicológica – multifacetada e durável (Mondak, 2010). Estão implícitas nessa aproximação o entendimento de que essa estrutura é fortemente influenciada por fatores biológicos, constituindo então algo intrínseco em cada um de nós desde o nascimento e que define, em boa medida, quem somos e molda nossos comportamentos. Já existe volume considerável de pesquisas identificando as bases genéticas das diferenças individuais de personalidade, como a de McCrae *et alii* (2001), a identificar que essa ordem de fatores explica mais de 50% da variação nessa estrutura interna. Yamagata *et alii* (2006), através de estudos com gêmeos na América do Norte, Europa e Ásia, verificou que essa influência se mantém constante entre as diferentes regiões geográficas, sustentando a hipótese de uma estrutura genética universal da estrutura de personalidade independente de processos de aprendizado ou de aculturação.

A natureza multifacetada da estrutura psicológica remete-nos ao conceito de fatores¹ de personalidade, que podem ser entendidos com as categorias básicas de diferenciação individual em funcionamento e que, em razão de sua natureza observável, normalmente são expressos pelos observadores em geral através de adjetivos

1. A personalidade envolve outros elementos além dos fatores como crenças e motivações, mas, em razão de sua difícil incorporação na pesquisa empírica do comportamento político, serão aqui desconsiderados.

(Winter, 2003). Quando nos referimos a fulano como introvertido, tímido ou sociável, estamos nos valendo de adjetivos para nos referirmos a padrões relativamente estáveis de comportamento que essa pessoa tende a exibir em situações específicas, ou seja, como observadores, identificamos e nomeamos os fatores (componentes ou traços) que constituem a personalidade do sujeito.

As pesquisas que se fundamentam na identificação dos fatores, entretanto, durante muito tempo correram o sério risco de criar um pesadelo semântico ao tentar catalogar todos os adjetivos empregados para representar características ou padrões de comportamentos que configuram as diferenças individuais que nos distinguem uns dos outros. Durante muitas décadas vigorou uma multiplicidade de escalas que contribuiu mais para o atraso do que para o avanço de uma agenda consistente de pesquisas. Essa situação só foi alterada quando, na década de 1990, começou a ganhar força uma nova geração de modelos holísticos para o estudo dos traços, merecendo destaque a *Five Factor Theory* (Goldberg, 1990) e a *Big Five Theory* (Costa e McCrae, 2003).

Neste trabalho, adotamos particularmente essa segunda teoria, sobre a qual propomos uma breve descrição. Para Paul Costa e Robert McCrae um modelo altamente compreensivo e hierarquizado para a descrição e compreensão da estrutura da personalidade poderia ser composto por apenas cinco grandes fatores: abertura à experiência, conscienciosidade, extroversão, sociabilidade e estabilidade emocional.

O desenvolvimento dessa perspectiva compreensiva e funcional pode ser visto como resultado de muitas décadas de esforços dedicados à identificação dos traços fundamentais que compõem essa estrutura interna. A partir do trabalho pioneiro de Gordon Allport e Henry Odbert (1936), que compilou aproximadamente 18 mil termos utilizados para a referência dos traços, pesquisadores como Raymond Cattell (1947) passaram a aplicar técnicas de redução de dimensionalidade (como a análise fatorial) com a intenção de produzir um conjunto menor de componentes básicos que pudessem sintetizar toda essa variedade de adjetivos. Como resultado de vários anos de testes, Raymond Cattell (1956) apresentou um modelo bastante promissor contendo 16 fatores, conhecido como 16 *Personality Factors* (16PF). Anos depois, Ernest Tupes e Raymond Christal (1961), ao reavaliarem a escala de Cattell, chegaram a uma estrutura contendo apenas cinco componentes.

Entre as décadas de 1960 e 1970, houve um período de forte ceticismo em relação a todas as abordagens baseadas na identificação desses traços e especialmente acerca da possibilidade de escalas tão reduzidas captarem a complexidade da personalidade humana (Mischel, 1968). Em 1980, uma nova geração de pesquisadores retomou o projeto e ao final dessa década Lewis Goldberg, Paul Costa e Robert McCrae

já coordenavam importantes programas de pesquisa tendo como base a estrutura de cinco grandes fatores (Mondak, 2010).

As duas décadas que se seguiram ao renascimento dessa agenda de investigação psicológica foi dedicada de modo quase exclusivo à validação de suas escalas e procedimentos. No que diz respeito à validação, os defensores dessa perspectiva procuraram responder principalmente à crítica sobre o uso de pontuações derivadas de autoavaliações dos pesquisados sobre suas próprias características. O risco de os instrumentos utilizados para levantamentos dos dados refletirem apenas autoilusões e o socialmente desejável era bastante grande e muito esforço foi dedicado à busca de controles para essas interferências (Mondak, 2010). Robert McCrae e Paul Costa (1989), por exemplo, desenvolveram um teste baseado na comparação entre as pontuações atribuídas pelos indivíduos a si mesmos em cada um dos componentes com as pontuações atribuídas por um observador e chegaram a expressivas correlações de ,56. Mais recentemente, Connolly *et alii* (2007), ao revisar a literatura acerca do tema, identificou correlações que vão de ,46 (na sociabilidade) à ,62 (na extroversão). Esses resultados indicam que a autoavaliação e a avaliação externa não resultam em pontuações idênticas entre os cinco traços, mas revela forte congruência entre elas, o que favorece a aceitação da metodologia baseada na autopercepção.

Atualmente, grande esforço tem sido despendido na verificação da validade dos instrumentos de coleta de dados e também da própria estrutura de cinco grandes fatores em contextos linguísticos e culturais distintos daqueles em que a perspectiva foi desenvolvida. Os resultados até agora produzidos revelam expressiva aplicabilidade da perspectiva em diferentes contextos (McCrae & Costa, 2006).

Passamos agora a uma breve descrição de cada um dos componentes que compõem o modelo, começando pela *abertura à experiência*. McCrae e Costa (2003) definem esse fator como uma multifacetada dimensão que inclui inteligência, percepção, sensibilidade estética e atração intrínseca para novas experiências². Esse grande fator é o que mais tensão exerce sobre os limites da linguagem, sendo impossível a sua redução a uma única palavra como é usual em abordagens léxicas como a *Five Factor* e a *Big Five*. Para se referir a alguém com baixa pontuação nessa dimensão, McCrae e Costa (2003) se valem de frases como “insensível em relação às artes e a beleza” e “entediado por discussões de ideias”.

Esse traço tem sido investigado de forma recorrente por pesquisadores preocupados com o mundo do trabalho, sendo associado principalmente a comportamentos criativos no exercício das atividades laborais, mas também à baixa lealdade para com as organizações (Moss *et alii*, 2007) e à facilidade de adaptação a atividades

2. Lewis Goldberg (1992) utiliza o termo “intellect” para se referir a uma dimensão equivalente à *abertura a experiência*. Sua ênfase, contudo, recai sobre características como “analítico”, “curioso” e “imaginativo”. Neste sentido, enfatiza sobremaneira atributos relacionados à dimensão cognitiva.

produtivas internacionais (Huang, Chi & Lawler, 2005). Para além do ambiente de trabalho, essa característica tem também sido associada a comportamentos de risco, como a combinação de álcool e direção, e também ao tabagismo (Booth-Kwley & Vickers, 1994).

A *conscienciosidade*, por sua vez, envolveria adjetivos relacionados à confiabilidade, tais como “organização”, “pontualidade” e “confiável” e alguns autores tendem a incluir também um conteúdo volitivo com termos como “trabalhador” e “perseverante” (Mondak, 2010). De forma previsível, pesquisas identificaram a associação desse traço com alto rendimento e produtividade no trabalho (Dudley *et alii*, 2006). Em estudo conduzido em laboratório, Josh Horn, Carnot Nelson e Michael Brannick (2004) encontraram forte ligação entre conscienciosidade e comportamento honesto em diferentes situações simuladas. No campo da saúde, existem evidências de que indivíduos com alta pontuação nesse componente tendem a adotar estilos de vida mais saudáveis, especialmente no que diz respeito à atividade física regular e apresentam expectativa de vida superior à média (Friedman *et alii*, 1993).

O fator *extroversão* é o que apresenta a mais longa história na psicologia das diferenças individuais. Carl Jung (1917) já utilizava os termos introversão e extroversão para classificar indivíduos levando em consideração a canalização de suas energias para o mundo externo ou para seus processos internos. Hans Junger Eisenck (1947) incluiu esse traço em seu modelo de dois fatores e Raymond Cattell (1956) em seu já mencionado instrumento de 16 traços (16PF). Os principais adjetivos utilizados para representar esse componente são “energético”, “arrojado”, “falante” e, é claro, “extrovertido” (Mondak, 2010). No ambiente de trabalho, o traço tem sido associado a forte comprometimento organizacional e tendência a compulsão pelo trabalho (Burke, Matthiesen & Pallesen, 2006). O sucesso profissional em áreas relacionadas a vendas e habilidades acadêmicas também tem sido associado a altas pontuações nesse fator (Pulford & Sohal, 2006).

A *sociabilidade*, por sua vez, é o fator com menor tradição de pesquisa e as evidências empíricas acerca de seus efeitos também são reduzidas. Envolve basicamente uma disposição favorável ao estabelecimento de relações interpessoais positivas e os instrumentos utilizados para mensurá-la normalmente se valem de termos como “caloroso”, “amável” e “simpático” (Mondak, 2010). No trabalho, indivíduos com pontuação elevada nesse fator tendem a apresentar maior facilidade em atividades em grupo e maior adaptabilidade em novas ocupações (Barrick & Mount, 1991), bem como maior estabilidade na carreira (Laursen, Pulkkinen & Adams, 2002). No campo da saúde, foram encontradas associações com baixas taxas de alcoolismo e depressão.

A *estabilidade emocional*, por fim, apresenta tradição tão longa quanto a *extroversão*. Ernest Tupes e Raymond Christal (1919) já incluíam em seus instrumentos de pesquisa subfatores para mensurar essa dimensão entre recrutas das Forças Armadas norte-americanas. Os adjetivos utilizados atualmente nos instrumentos de mensuração são “calmo”, “relaxado”, “estável” (Mondak, 2010). Diferentemente do que vimos nos outros fatores, este último não tem apresentado efeitos significativos sobre fenômenos relacionados ao ambiente de trabalho, mas, em compensação, tem indicado implicações médicas sérias, tal como propensão a altos níveis de estresse, tensão e depressão quando são verificadas baixas pontuações (Bolger & Schilling, 1991).

Para finalizar esta breve apresentação, seria interessante incluir algumas informações básicas sobre os procedimentos metodológicos e técnicos utilizados nas pesquisas sobre o tema. Para Mondak (2010) existem dois tipos de investigação nessa área que se distinguem principalmente em relação às estratégias de mensuração empregadas para a construção de seus indicadores. No primeiro grupo estão as pesquisas que se concentram nas propriedades dos próprios fatores, procurando confirmar a sua real existência, identificar seus elementos subsidiários e demonstrar a sua validade em diferentes contextos culturais e linguísticos. No segundo grupo se encontram pesquisas que partem do pressuposto da existência dessa estrutura de cinco grandes fatores para investigar suas consequências e seus efeitos sobre atitudes e comportamentos.

Em razão de seus objetivos, os pesquisadores do primeiro grupo costumam se valer de escalas bastante amplas, a exemplo de Paul Costa e Robert McCrae, que utilizam um instrumento com 240 itens e Lewis Goldberg (1992), que adota uma bateria de 50 itens. Em razão dessa amplitude, as pesquisas normalmente são realizadas com pequenas amostras, geralmente compostas por estudantes voluntários.

Nas pesquisas aplicadas do segundo grupo, em razão de seus objetivos e limitações, a aplicação de baterias longas é inviável, especialmente porque, em paralelo à mensuração dos componentes, devem ser coletadas todas as informações referentes às atitudes e aos comportamentos que serão associados à estrutura de personalidade no momento da análise. Além disso, por se tratar de pesquisas que pretendem demonstrar associações ou efeitos em uma dada população, é necessário adotar procedimentos amostrais rigorosos, o que implica trabalhar com grandes amostras. O tempo de aplicação de instrumentos em número considerável de sujeitos leva à necessária redução das baterias sobre personalidade para reduzir o tempo necessário à coleta de dados.

Na construção dessas baterias reduzidas, normalmente são utilizadas escalas bipolares ou de diferenciação semântica que contrastam pares de adjetivos, vincu-

lando-se assim à perspectiva lexicológica nos estudos sobre personalidade, que defende a captação dos fatores por sua expressão na linguagem coloquial (Mondak, 2010). Em termos práticos, esses instrumentos apresentam aos participantes da pesquisa um conjunto variado de escalas cujos polos são representados por adjetivos contrastantes, como “falante-calado”, “extrovertido-introvertido”, “organizado-desorganizado”, dentre outros. Os entrevistados são convidados a se autoavaliarem e a escolherem um ponto na escala de 0 a 10 entre esses polos. O instrumento de 16 itens desenvolvido por Raymond Cattell (1956) já empregava essa abordagem de pares contrastantes e até hoje esse tem sido o formato mais utilizado nas pesquisas aplicadas.

Apesar de escalas mais amplas possibilitarem a identificação de modulações em traços subsidiários, Jeffery Mondak (2010) apresenta uma interessante revisão de publicações que testaram os rendimentos de escalas menores e chega à conclusão de que os instrumentos baseados em apenas cinco ou dez itens são igualmente confiáveis na identificação dos cinco grandes traços. Como esclareceremos adiante, em nossa pesquisa foram utilizados dados produzidos com o emprego de uma bateria de dez itens, sendo cada traço composto por duas escalas com pares de adjetivos contrastantes.

Feita essa breve exposição sobre o conceito de personalidade que nos orientou na condução da pesquisa e de seus principais conteúdos, na próxima seção procuramos revisar as principais pesquisas que recentemente têm procurado relacionar os grandes fatores aos fenômenos políticos.

Personalidade e comportamento político

Como iremos argumentar adiante, os estudos que se valem das abordagens dos grandes fatores de personalidade para o estudo do comportamento político são ainda raros, mas a preocupação com as possíveis relações entre características psicológicas individuais e os fenômenos políticos mais gerais é consideravelmente longa entre psicólogos e cientistas sociais.

Atendo-nos apenas às principais contribuições do século XX, podemos identificar algumas áreas ou temas de interesse centrais. Primeiramente merecem destaque os estudos sobre elites, especialmente aqueles baseados em psicobiografias de importantes personalidades, que já contam com uma longa história, pelo menos nos Estados Unidos. O estudo de Alexander George e Juliette George (1964) sobre Woodrow Wilson é referência clássica nesse campo e, mais recentemente, os trabalhos de Stanley Renshon (1995) sobre Bill Clinton e de Fred Greenstein (2003) sobre George W. Bush são frequentemente mencionados. Para além dos presidentes, foram

conduzidas também investigações interessantes sobre elites “não estatais”, como Martin Luther e Mahatma Gandhi (Erikson, 1958, 1969).

Uma segunda área com longa tradição é a que procura identificar a aderência a valores democráticos ou o seu avesso. O trabalho clássico aqui é sem dúvida a obra coletiva coordenada por Theodor Adorno (1950) sobre a personalidade autoritária. Fortemente inspirada pela perspectiva freudiana, esse trabalho ofereceu importantes contribuições para a compreensão da submissão das massas ao autoritarismo e da adesão popular a movimentos e a regimes totalitários. Ao seguir as diretrizes básicas estabelecidas por esse trabalho seminal, várias análises têm sido conduzidas sobre o tema, como a de Hans Junger Eysenck (1954) que identificou personalidades similares em termos de tendências autoritárias entre nacional-socialistas e comunistas e, mais recentemente, o trabalho de Karen Stenner (2005), que apresentou evidências sobre o caráter relativamente inato e durável de predisposições autoritárias.

Também merecem menção os estudos que têm procurado analisar as relações entre personalidade e ideologia, com destaque para o trabalho de Herbert McClosky (1958) sobre as diferenças fundamentais entre liberais e conservadores, especialmente sobre a tendência à rigidez de pensamento entre aqueles indivíduos classificados no segundo grupo. Mais recentemente, pesquisas têm relacionado diferenças nas estruturas dos traços de personalidade com distintas escalas de autoposicionamento ideológico, como aquelas baseadas nos polos “esquerda” e “direita” (Riemann *et alii*, 1993).

Por fim, destacamos as investigações sobre as relações entre diferenças psicológicas individuais e medidas de tolerância. A pesquisa de Milton Rokeach (1960), sobre dogmatismo, e a de John Sullivan, James Peireson e George Marcus (1982), sobre os antecedentes da intolerância, são bons exemplos nessa linha.

Os estudos que se concentram sobre o comportamento político, por sua vez, valem-se de uma história bem mais recente e o número de trabalhos é expressivamente menor. Jeffery Mondak (2010) identifica três razões principais para esse cenário de pouca atenção. A primeira diz respeito à dificuldade na coleta de dados, pois até há pouco tempo, as baterias de questões necessárias à captação da estrutura das diferenças psicológicas eram muito longas, tornando inviável a sua inclusão em *surveys* organizados por cientistas políticos. A segunda razão, já discutida na seção anterior, está ligada à falta de consenso sobre um conceito de personalidade, mesmo entre psicólogos. Ou seja, mesmo que um cientista político estivesse disposto a incluir uma longa bateria de questões para medir essas características individuais internas, faltaria uma orientação segura sobre qual das várias definições e conteúdos seria a mais adequada. Por

fim, a terceira razão passa pela falta de uma teoria geral da personalidade que ofereça explicações sobre suas origens biológicas e ambientais, seus mecanismos de interação com disposições situacionais e seus efeitos sobre o comportamento humano em geral. Como destaca Jeffery Mondak (2010), questões sobre personalidade têm sido inseridas em *surveys* ou experimentos como variáveis *ad hoc* e não como parte de um programa de pesquisas consistente com hipóteses geradas por uma teoria de base ampla.

Como já discutimos na seção anterior, as duas primeiras razões têm perdido força nos últimos anos em decorrência do surgimento e da consolidação das perspectivas baseadas nos cinco grandes traços fundamentais, como a *Big Five* (Costa & McCrae, 2003) e a *Five Factor Theories* (Goldberg, 1990). O último obstáculo, todavia, continua existindo e só será superado com a continuidade das pesquisas e com o acúmulo de evidências que atestem a relevância dessa dimensão psicológica na política contemporânea.

Com o surgimento do consenso mínimo sobre o conceito e os conteúdos da personalidade e com o desenvolvimento de instrumentos parcimoniosos para a identificação e a mensuração de seus componentes, na última década começaram a ser publicados trabalhos que exploram empiricamente o efeito dos traços de personalidade sobre temas como acesso à informação, frequência de discussão sobre política, interesse por política, contatos com autoridades, comparecimento eleitoral, participação em campanhas e engajamento em formas contestatórias de manifestação.

Ao utilizar dados de dois diferentes *surveys* conduzidos por telefone nos Estados Unidos, Jeffery Mondak (2010), por exemplo, testou os efeitos dos cinco grandes fatores sobre diferentes medidas de acesso à mídia impressa e televisual, chegando à conclusão que apenas a dimensão da *extroversão* estava significativamente associada à maior frequência de busca por informação. Neste mesmo trabalho, o pesquisador identificou que a frequência de conversas sobre política e o interesse por política são positivamente influenciados pela pontuação individual no traço da *abertura à experiência* e negativamente afetados pela *conscienciosidade*, mesmo sendo incluídas variáveis sociodemográficas como controles (idade, sexo, educação e raça).

Em Mondak *et alii* (2010) são apresentados testes sobre os efeitos dos fatores sobre o estabelecimento de contatos entre os cidadãos e as autoridades políticas. As variáveis dependentes neste caso envolviam a frequência de contato com congressistas ou senadores e também a participação em reuniões com esses representantes. Os resultados indicaram fortes efeitos positivos da *extroversão* sobre todas as for-

mas de contato e impactos similares da *abertura a experiências* sobre os contatos diretos. A *conscienciosidade*, por sua vez, apresentou efeito negativo sobre esse último comportamento.

Sobre o comparecimento eleitoral, Kevin Denny e Orla Doyle (2008) utilizaram a abordagem *Five Factor* de Lewis Goldberg (1992) para analisar os determinantes do voto nas eleições gerais britânicas de 1997, comparando os efeitos das dimensões da personalidade com aqueles produzidos por um dos mais importantes preditores desse tipo de comportamento: a escolaridade. Os resultados indicaram que os itens mais relevantes são “trabalhador *versus* preguiçoso” e “calmo *versus* agressivo”; os mais trabalhadores e os mais agressivos apresentaram maior propensão ao voto. De modo geral, com a inclusão dos traços ocorre considerável redução dos efeitos da escolaridade em todos os modelos propostos.

Gerber *et alii* (2008), também utilizando abordagem alternativa à *Big Five*, conduzem experimento de campo e verificam um expressivo efeito de características de personalidade sobre a probabilidade de comparecimento entre eleitores norte-americanos. Contudo, Gerber *et alii* (2011), ao empregarem a abordagem *Big Five* à análise de dados de *survey* coletados por telefone e internet, identificam efeitos positivos da *extroversão* e da *estabilidade emocional*, em alguns casos equivalentes aos produzidos pela educação. Merece destaque também o efeito negativo da *conscienciosidade*, indicando que pessoas com pontuações elevadas nesse traço apresentam menor tendência ao envolvimento político através do voto. Mondak *et alii* (2010), entretanto, chegam a resultados distintos para o caso norte-americano, pois verificam efeito positivo para a *abertura à experiência* e negativos para a *estabilidade emocional*.

Ao focalizar diferentes formas de envolvimento com atividades de campanhas eleitorais, Jeffery Mondak (2010) também chega a resultados que afirmam a relevância desses atributos psicológicos entre o público norte-americano. A ação de tentar convencer alguém a votar (ou a deixar de votar) em algum candidato, por exemplo, se mostrou mais recorrente entre os mais *abertos a experiências*, enquanto aqueles com altas pontuações na *conscienciosidade* têm probabilidade reduzida de trabalhar em campanhas para partidos ou candidatos. A *extroversão*, por sua vez, apresentou efeito positivo sobre a participação em reuniões, comícios e debates durante campanhas.

Jeffery Mondak e Karen Halperin (2008) também investigaram o envolvimento em atividades de campanha, identificando ainda efeitos da *extroversão* sobre a participação em reuniões e comícios, mas o ponto mais interessante nesse trabalho diz respeito à atenção dada à participação em nível local. O comparecimento em reuniões para discussão de assuntos políticos locais foi impactado significativamente

pelo traço da *conscienciosidade*, o que realmente representa achado importante, pois, como vimos anteriormente, esse traço não favorece o envolvimento em modalidades de participação mais gerais ou de nível nacional. Os pesquisadores também incluíram como variável dependente o “*usar a palavra*” em reuniões para discutir assuntos políticos locais e desta vez o traço da *abertura à experiência* e da *extroversão* se revelaram preditores importantes, com efeito superior desse último. Esse traço também se mostrou importante na previsão da probabilidade de subscrição de abaixo-assinados envolvendo questões políticas locais.

Algumas publicações têm apresentado recentemente evidências sobre a consistência desses relacionamentos também em outros países, mesmo em contextos de baixa tradição democrática. Michele Vecchione e Gian Vittorio Caprara (2009) conduziram pesquisa de *survey* com uma amostra de estudantes universitários na Itália, procurando identificar os efeitos dos grandes traços sobre a eficácia política e também sobre uma medida integrada de engajamento que envolvia uma variedade de modalidades como manifestações, doações em dinheiro para organizações, contato com autoridades, entre outras. Para as duas variáveis dependentes foram identificados como preditores relevantes a *abertura à experiência* e a *extroversão*, sendo que, em alguns casos, os efeitos foram superiores aos produzidos por variáveis tradicionais nesse tipo de pesquisa, como a escolaridade e o gênero.

Aina Gallego e Daniel Oberski (2012), ao utilizarem dados do European Social Survey para a Espanha, testaram esses efeitos para o comparecimento eleitoral e também sobre as diferentes formas de protesto. Maiores detalhes sobre esse trabalho serão apresentados na próxima seção, contudo destacaremos aqui apenas o fato de que, para o voto, os traços não produzem efeitos diretos, mas, considerando os relacionamentos mediados por outras variáveis atitudinais, a *extroversão* e a *abertura* favorecem o comparecimento, enquanto a *conscienciosidade* produz efeito inverso. No caso do protesto, o traço da *abertura* tem efeito direto positivo, enquanto a *sociabilidade* impacta negativamente a possibilidade de envolvimento. A *extroversão* apresentou efeito apenas mediado pelo sentimento de eficácia política e pela frequência de discussões.

Mondak *et alii* (2010) utilizam dados produzidos pelo Latin American Public Opinion Project para testar esses efeitos no Uruguai e na Venezuela, sendo até agora o único trabalho publicado sobre países da América Latina. Neste artigo, as duas variáveis dependentes eram o comparecimento a reuniões de partidos políticos e o engajamento em protestos. Na primeira variável, foram verificados efeitos positivos da *extroversão* nos dois países; e, na segunda, efeitos negativos da *conscienciosidade* também nos dois contextos. Efeito positivo da *extroversão* sobre o protesto foi constatado apenas no caso venezuelano.

Como procuramos demonstrar, ainda são poucos os trabalhos em ciência política que procuram relacionar os componentes da personalidade ao comportamento político, sendo ainda mais raros aqueles que se ocupam da questão específica da participação. Na próxima seção, demonstraremos que esse cenário de escassez é ainda mais grave no que diz respeito às chamadas formas contestatórias de engajamento cívico.

Personalidade e participação contestatória

Se são poucos os trabalhos que procuram aplicar as atuais abordagens psicológicas sobre personalidade ao estudo das bases do comportamento político em geral, são ainda menos frequentes pesquisas sobre o impacto dessas diferenças individuais sobre o envolvimento em mobilização relacionadas ao protesto ou à contestação política.

Mesmo os trabalhos que abordam esse tema específico o fazem de forma mais ou menos marginal. É o caso do artigo já citado de Mondak *et alii* (2010), que, em meio a análises envolvendo dados sobre os Estados Unidos, o Uruguai e a Venezuela, introduz a variável sobre o envolvimento em protestos. É claro que essa iniciativa merece reconhecimento, não apenas por integrar países latino-americanos à análise, mas porque considera modalidades que vão para além do voto e do envolvimento com as instituições tradicionais da democracia representativa. Todavia, como não se dedica exclusivamente à contestação, não distingue o protesto em suas diferentes formas de manifestação, como boicotes, abaixo-assinados, ocupações, manifestações legais, dentre outras, o que torna inviável a verificação de efeitos diferenciais da personalidade sobre cada uma dessas formas. Assim como ocorre com a dimensão dos recursos, que afetam de forma distinta as diferentes modalidades, é plausível supor que os grandes traços de personalidade possam produzir também efeitos distintos entre as modalidades.

Mais problemática ainda é a iniciativa de Michele Vecchione e Gian Vittorio Caprara (2009), também já citada na seção anterior. Nesse trabalho, o envolvimento em manifestações é inserido como componente de um indicador de participação que também contém a distribuição de panfletos, a doação de dinheiro para associação política, os contatos com políticos e o trabalho para um partido político. Ao reunir modalidades tão diferentes de participação, possivelmente com condicionantes materiais e subjetivos distintos entre a amostra, os pesquisadores deixam de captar os possíveis efeitos distintos dos traços sobre cada uma das formas de engajamento.

Até o presente momento o trabalho de Aina Gallego e Daniel Oberski (2012) é o que apresenta a contribuição mais consistente, ainda que não se concentre apenas so-

bre a questão do protesto. A proposta desses autores é explorar o que denominam de efeitos indiretos da personalidade sobre a participação política, aqui resumida ao comparecimento eleitoral e ao protesto, tomando como mediadoras variáveis atitudinais e comportamentais clássicas como o interesse por política, a eficácia interna, a frequência de discussões sobre política e a percepção de que o voto é um dever. Ao apresentar um grande avanço em relação aos trabalhos de Michele Vecchione e Gian Vittorio Caprara (2009) e Mondak *et alii* (2010), nessa pesquisa o protesto é dividido em suas mais recorrentes modalidades: manifestações, greves, boicotes (por razões políticas ou ambientais) e atividades de protestos ilegais.

A hipótese fundamental da pesquisa é que a personalidade afeta indiretamente a participação porque molda a propensão a adquirir certas atitudes e comportamentos que seriam determinantes ou condicionantes do engajamento em formas de protesto e também do comparecimento eleitoral. Os autores escrevem que tal mecanismo sugere

[...] that there is a funnel of causality in which more distant factors such as sex, age, or personality influence political attitudes which are the more proximate causes of behavior (Gallego & Oberski, 2012: 428).

A partir da revisão dos trabalhos mencionados na seção anterior, os investigadores nutriam algumas expectativas acerca dos efeitos a serem encontrados. Sobre a *abertura à experiência*, partindo do reconhecimento de que a política não é uma área da qual depende a sobrevivência dos indivíduos (ao menos não diretamente), o interesse por tais assuntos seria mais comum entre aqueles que testemunham afinidade com a chamada “vida mental”, uma característica fortemente presente entre os que alcançam altas pontuações nessa dimensão da estrutura da personalidade. De fato, trabalhos anteriores já confirmaram a relação entre esse traço e o interesse por política (Hambrick *et alii*, 2008) e o nível de conhecimento sobre política (Wolak & Marcus, 2007). Aina Gallego e Daniel Oberski, entretanto, acreditavam que esse efeito no caso da participação seria mediado pelo sentimento de eficácia e pelo conhecimento político, ou seja, a *abertura à experiência* produziria efeitos positivos naqueles indivíduos que se percebessem como eficientes ou capazes em termos políticos e apresentassem conhecimentos sobre assuntos relacionados a essa área da vida social. Tal hipótese foi confirmada, pois foi verificado o efeito direto no caso dos boicotes e indiretos em todas as demais modalidades.

Em relação a *conscienciosidade*, esperavam efeitos mediados pela percepção de que o voto é um dever cívico, ou seja, como o voto não é obrigatório na Espanha e os indivíduos com altas pontuações nesse traço são respeitadores das normas sociais, o impacto só seria verificado entre aqueles que internalizaram o ato de com-

parecer como algo próprio de um cidadão responsável. No caso do protesto – que nos interessa mais diretamente –, o “respeito às normas” gerava a expectativa de ausência de relacionamento ou de efeito negativo, sobretudo nas modalidades ilegais. Os resultados confirmaram a hipótese da irrelevância, pois demonstraram que esse traço de personalidade não produz efeitos diretos ou indiretos sobre as modalidades de contestação pesquisadas.

Como a *extroversão* está relacionada a uma tendência de envolvimento em atividades em grupo, os autores não esperavam encontrar efeitos significativos em relação ao voto, uma atividade eminentemente individual. Pela mesma razão, no caso dos protestos, a expectativa era de efeito positivo, com a possibilidade de potencialização pela mediação do sentimento de eficácia política. Os resultados, entretanto, confirmaram apenas os efeitos indiretos mediados pelo sentimento de eficácia e pela frequência de discussões sobre política.

Sobre a *sociabilidade*, associada à aversão ao conflito (Mondak, 2010), esperavam-se efeitos negativos sobre as formas de protesto, sobretudo aquelas de natureza conflituosa, como as ações ilegais e com as condutas a apresentarem maior visibilidade. Novamente a hipótese foi confirmada, pois os modelos retornaram efeitos negativos diretos desse traço sobre o envolvimento em ações contestatórias ilegais.

Por fim, a respeito da *estabilidade emocional* os autores não estabelecem expectativas iniciais e os resultados indicaram a irrelevância desse fator em termos diretos e indiretos.

Em síntese, a pesquisa de Aina Gallego e Daniel Oberski (2012) confirma a importância da personalidade para o comportamento de protesto no contexto espanhol, sobretudo porque, em alguns casos, os efeitos encontrados são mais relevantes do que aqueles produzidos por variáveis já clássicas na área de comportamento político, como eficácia política e idade.

Resta saber se tais efeitos também se verificam em contextos sociais e políticos distintos, como o das jovens democracias latino-americanas.

Dados, metodologia e hipóteses

Nesta pesquisa foram utilizados dados do Latin American Public Opinion Project (Lapop), em sua edição de 2010, para um conjunto de 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela³.

3. Para informações técnicas sobre amostras, questionários e procedimentos de coleta, consultar documentação técnica em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/>>.

Os cinco grandes traços ou fatores da estrutura de personalidade – seguindo as perspectivas lexicológicas propostas por Paul Costa e Robert McCrae (2003) e Lewis Goldberg (1992) – são captados pelo Lapop por meio de uma bateria de dez itens que apresentam adjetivos contrastantes. Com isso, cada um dos fatores é composto por dois itens. Essa bateria é apresentada aos entrevistados com o seguinte enunciado:

Vou mencionar uma série de características de personalidade que podem ou não se aplicar ao (à) sr. (sra.). Usando a escala de 1-7, onde 1 significa “discorda muito” e 7 significa “concordo muito”, por favor me diga qual número melhor indica se o (a) sr. (sra.) concorda ou discorda com cada afirmação. O (A) sr. (sra.) deve avaliar até que ponto cada par de características se aplica ao (à) sr. (sra.), mesmo que uma característica se aplique melhor do que a outra.

Os pares de características e seus respectivos itens são apresentados na Tabela 1:

TABELA 1
FATORES E ITENS DA PERSONALIDADE

Fatores	Itens
Abertura à experiência	Pessoa aberta a novas experiências e intelectual
	Pessoa sem criatividade e imaginação
Conscienciosidade	Pessoa de quem se pode depender e disciplinada
	Pessoa desorganizada e pouco cuidadosa
Extroversão	Pessoa sociável e ativa
	Pessoa quieta e tímida
Sociabilidade	Pessoa generosa e calorosa
	Pessoa crítica e briguenta
Estabilidade emocional	Pessoa calma e equilibrada
	Pessoa ansiosa e facilmente irritável

Fonte: Questionário Lapop Brasil, 2010.

Como os dois itens de cada fator apresentam ordens inversas em razão de seu contraste, primeiramente tratamos de recodificar as escalas dos adjetivos “negativos”, invertendo sua pontuação para viabilizar posteriormente a construção de uma única medida integrada para cada um dos cinco grandes traços. O resultado desse procedimento foi a redução dos dez itens à cinco fatores com escalas que vão de 0 a 12. As distribuições dessas variáveis entre os países estão dentro dos padrões de normalidade necessários para a sua inserção em modelos de regressão (entre -1 e 1)⁴.

4. Informações descritivas (média e desvio padrão) de cada um dos componentes por país podem ser consultadas no *Apêndice metodológico* / que pode ser solicitado aos autores por meio do endereço eletrônico <ednaldoribeiro@icloud.com>.

O envolvimento em protesto, por sua vez, é medido por uma variável dicotômica (0 = não e 1 = sim), gerada pela seguinte pergunta:

Nos últimos doze meses, o (a) sr. (sra.) participou de alguma manifestação ou protesto público?

Em razão do nível de mensuração dessa medida dependente, foram propostos modelos de regressão logística binária, aplicáveis nos casos em que se pretende estimar os efeitos de variáveis independentes sobre a probabilidade de ocorrência de um evento qualquer. Para fins de controle, foram inseridos no modelo o sexo, a idade e a escolaridade dos entrevistados, mas, em razão do espaço disponível, os coeficientes dessas medidas foram omitidos da tabela.

A partir da revisão dos trabalhos anteriores sobre essa interface entre personalidade e comportamento político sustentávamos alguma expectativa acerca de possíveis efeitos que consideramos pertinentes formular em termos de hipóteses de trabalho. Diferentemente do que propõem Aina Gallego e Daniel Oberski (2012), nesta primeira exploração envolvendo um grupo considerável de países latino-americanos, optamos por analisar apenas os efeitos de natureza direta, deixando a identificação de possíveis impactos condicionantes ou mediados para trabalhos posteriores, provavelmente focalizando unidades nacionais isoladas.

A *abertura à experiência* tem sido relacionada à busca por interesse por política (Hambrick *et alii*, 2008), informação e conhecimento (Mondak & Halperin, 2008; Mondak, 2010), portanto, é plausível supor que produza efeitos positivos sobre diferentes modalidades de participação, mesmo no caso do protesto.

Na presente pesquisa, entretanto, esse efeito pode ser minimizado pelo forte impacto que se pode encontrar em relação à *extroversão*, já que essa forma de mobilização apresenta um forte componente de interação social. Nesses termos, nossa hipótese inicial aponta para a existência de efeitos, porém esses seriam reduzidos e não generalizados entre as nações.

Por consequência, nossa segunda hipótese defende a ocorrência de efeitos significativos do componente *extroversão*. Como esse traço está associado à disposição para o contato e a interação com os outros (Mondak, 2010) e os protestos são modalidades de atuação política eminentemente coletivas, nossa expectativa era de que indivíduos com pontuações elevadas nesse fator tivessem maior probabilidade de estarem entre aqueles que declararam ter participado de protestos nos últimos doze meses.

No caso da *conscienciosidade*, esperávamos efeitos negativos, já que esse fator está associado à forte internalização e obediência às normas sociais e os protestos políticos, em alguma medida, contestam as normas ou as autoridades políticas estabelecidas. Esse impacto, todavia, poderia ser minimizado em contextos em que essa modalidade de atuação política é mais recorrente, portanto, menos ameaçadora da “ordem”. Neste sentido, esperávamos encontrar esse tipo de efeito principalmente nos países em que o protesto é mais raro.

Em relação a *sociabilidade*, como existe uma forte tendência à rejeição do conflito entre os indivíduos que pontuam fortemente nesse componente (Costa & McCrae, 2003), nossa expectativa era encontrar efeitos negativos generalizados entre os países. Infelizmente os dados do Lapop de 2010 não nos permitem identificar a existência de diferenças nos efeitos entre modalidades de protesto mais ou menos conflituosas, mas de qualquer forma, alguma redução é esperada nessa variável geral disponível.

Por fim, não são esperados efeitos (positivos ou negativos) do fator *estabilidade emocional*.

Efeitos dos fatores de personalidade sobre o protesto

Apresentamos, nesta seção, os resultados de modelos multivariados que procuram testar os efeitos dos cinco fatores que compõem a estrutura básica da personalidade – segundo a abordagem proposta por Paul Costa e Robert McCrae (2003) e Lewis Goldberg (1992) – sobre a participação em protesto entre o público dos 16 países americanos. Antes, porém, dispomos, na Tabela 2, de um quadro sintético acerca desse envolvimento. Como é possível perceber, existem diferenças consideráveis no

TABELA 2
PROTESTO NA AMÉRICA LATINA (2010)

País	%	País	%
Argentina	15,4	Guatemala	8,6
Bolívia	11,4	México	6,4
Brasil	5,4	Panamá	4,8
Chile	4,7	Paraguai	12
Colômbia	6,8	Peru	12,2
Costa Rica	5,4	República Dominicana	5,4
Equador	7,9	Uruguai	11,4
El Salvador	4,3	Venezuela	8,2

Fonte: Lapop, 2010.

TABELA 3
EFEITOS DA PERSONALIDADE SOBRE O PROTESTO,
AMÉRICA LATINA (2010)*

País	Abertura à experiências	Conscien- ciosidade	Extroversão	Sociabilidade	Estabilidade emocional
Argentina	1,01	,957	1,06**	1,03	,960
	(,033)	(,032)	(,032)	(,035)	(,031)
Bolívia	,982	,985	1,029	1,010	,962
	(,029)	(,032)	(,029)	(,016)	(-,039)
Brasil	1,065	1,033	1,027	,900**	1,062
	(,063)	(,032)	(,027)	(,038)	(,032)
Chile	1,070	,959	1,155**	,850*	1,059
	(,054)	(,052 ^l)	(,053)	(,051)	(,048)
Colômbia	1,041	,988	1,077	,919	1,039
	(,051)	(,051)	(,047)	(,054)	(,045)
Costa Rica	1,071	1,028	1,039	,861*	,982
	(,047)	(,048)	(,046)	(,044)	(,043)
Equador	1,030	1,030	1,126*	,997	,948
	(,033)	(,037)	(,036)	(,039)	(,031)
El Salvador	1,169**	1,018	1,105	,989	,947
	(,065)	(,062)	(,056)	(,064)	(,052)
Guatemala	1,022	,917	1,081	,913**	,946
	(,044)	(,047)	(,046)	(,048)	(,042)
México	1,037	,893**	,994	,923	1,101**
	(,045)	(,047)	(,044)	(,051)	(,048)
Panamá	,987	1,116**	1,174**	,976	1,011
	(,062)	(,075)	(,055)	(,062)	(,051)
Paraguai	1,024	,951	,983	1,015	,955
	(,036)	(,036)	(,033)	(,036)	(,033)
Peru	1,006	,940	1,082**	,931	1,031
	(,039)	(,043)	(,040)	(,042)	(,038)
República Dominicana	1,023	1,058	1,005	1,055	1,000
	(,047)	(,059)	(,048)	(,059)	(,046)
Uruguai	1,063	,954	1,097**	,914**	,928**
	(,037)	(,038)	(,038)	(,038)	(,032)
Venezuela	1,074	,995	1,148**	,929	,951
	(,044)	(,045)	(,047)	(,043)	(,038)

* Para cada país, foi desenhado um modelo contendo simultaneamente os cinco componentes, além da idade, sexo e escolaridade dos entrevistados. Os valores correspondem aos Exp(B) de cada preditor e entre parênteses seguem os respectivos erros.

* sig. = ,001; ** sig. <,05

Fonte: Lapop, 2010.

percentual de indivíduos que declararam ter se envolvido nesse tipo de modalidade no ano de 2010, partindo de 4,3 pontos no caso de El Salvador e chegando à 15,4 pontos para a Argentina.

A Tabela 3 apresenta os resultados dos modelos de regressão logística para cada país, tomando a participação em protesto como variável dependente⁵. Como é possível observar, assim como a frequência do envolvimento é distinta entre as nações, os efeitos dos cinco traços são diferenciados, apesar de algumas recorrências. Isso indica um importante fator situacional que, apesar de não termos condições de explorar adequadamente neste trabalho, tem gerado interessante polêmica no que diz respeito ao potencial explicativo da personalidade sobre o comportamento humano em suas mais variadas vertentes (Mischel, 1968; Funder, 2008). David Funder (2008), sintetizando o debate, defende que o comportamento individual é resultado da combinação de disposições internas, como os traços de personalidade e das situações em que as interações sociais ocorrem. Desta forma, ao invés de efeitos universais uniformes, é mais provável a identificação de diferenças em contextos sociais e políticos distintos.

Ainda que nenhum efeito tenha sido generalizado, as principais hipóteses apresentadas na seção anterior são confirmadas em alguns contextos. Começamos, entretanto, pela principal refutação produzida pelos resultados, pois diferentemente do que esperávamos, a *abertura à experiência* mostrou-se relevante apenas em El Salvador, ainda que seu efeito vá na direção sugerida pelos estudos anteriores que associaram esse fator a disposições mais interessadas politicamente (Hambrick *et alii*, 2008; Wolak & Marcus, 2007). Neste país da América Central, cada ponto adicional na escala do componente eleva em 16,9% a probabilidade de envolvimento. É importante destacar que, entre os salvadorenhos, o protesto é pouco frequente (4,3%) e que mesmo a escolaridade não se mostrou preditor relevante. Além da *abertura à experiência*, apenas o sexo produziu efeito, com homens apresentando 68% maior probabilidade de participação. Em termos gerais, portanto, no que diz respeito ao comportamento contestatório, esse fator é pouco relevante no contexto latino-americano, como já sugeria Mondak *et alii* (2010) em sua análise envolvendo apenas os casos uruguaio e venezuelano com dados de 2007.

Os efeitos da *conscienciosidade*, também foram pouco expressivos e apresentam um comportamento contraditório na região. Em apenas dois países – México e Panamá – os coeficientes atingiram níveis mínimos de significância estatística e os sentidos desses efeitos foram inversos. Conforme hipótese apresentada anteriormente, entre os mexicanos, elevações na escala desse componente correspondem a reduções na probabilidade de protestar, mas entre os cidadãos do Panamá, esse efeito é inverso. Essa discrepância não pode ser atribuída à maior aceitação do protesto

5. Os resultados completos dos modelos de regressão podem ser consultados no *Apêndice Metodológico II* que pode ser solicitado aos autores por meio do endereço eletrônico <ednaldoribeiro@icloud.com>.

entre a população deste último país, pois as taxas de frequência são muito próximas e um pouco menores do que aquelas registradas no México. Mais relevante que essa incongruência, entretanto, nos parece a ausência de efeitos nos demais países, pois mesmo no Uruguai, onde Mondak *et alii* (2010) verificaram efeito significativo em 2007, esse componente mostrou-se irrelevante.

A situação é bastante distinta no que diz respeito à *extroversão*, pois foram verificados efeitos estatisticamente significativos em sete países e em todos os casos com os sentidos compatíveis com a hipótese proposta. Os impactos vão de 6% a 17,4% sobre a probabilidade de envolvimento a cada ponto adicional na escala desse componente de personalidade. Mesmo no caso argentino, com o menor efeito registrado, a *extroversão* é a única variável que atingiu níveis de significância aceitáveis, mostrando-se mais relevante do que sexo, idade e escolaridade. Entre os chilenos, o efeito desse componente (15,5%) é bem mais expressivo do que o produzido pela escolaridade (4,5%). O mesmo ocorre no caso do Equador, do Panamá e do Peru. Apenas para o Uruguai e a Venezuela o impacto da *extroversão* é menor do que aquele provocado pela medida de educação, lembrando que essa última variável tem sido apontada pela literatura como uma das mais relevantes na explicação do comportamento político em termos globais. Esses resultados confirmam a relevância desse fator da estrutura da personalidade para modalidades de comportamento político que envolvem a interação interpessoal. No caso do protesto político, que comporta esse tipo de contato e a convivência (ainda que efêmera) entre as pessoas, o traço psicológico em questão parece desempenhar papel importante no engajamento.

Ainda que menos recorrentes, são igualmente expressivos os efeitos da *sociabilidade* e também no sentido antecipado pela hipótese apresentada na seção anterior. Entre brasileiros, chilenos, costarrriquenhos, guatemaltecos e uruguaios, elevações nas pontuações da escala desse componente reduzem a probabilidade de envolvimento, com percentuais que vão de 8,6 a 15 pontos. No caso chileno esse é o preditor com segundo maior efeito, perdendo apenas para a *extroversão* (por 0,5%), indicando que para cada avanço na escala ocorre redução de 15% na probabilidade de envolvimento em protestos. Situação semelhante também foi verificada no Brasil, no Chile e na Costa Rica e apenas na Venezuela essa medida tem efeito menor do que o produzido pela escolaridade. Em termos gerais, podemos afirmar que a *sociabilidade*, associada à rejeição do conflito e a posturas amáveis no trato com os outros (Costa & McCrae, 2003), é um componente importante para a compreensão do protesto político na região, apesar de os efeitos não serem generalizados entre todos os países.

Por fim, no caso da *estabilidade emocional*, a situação é parecida com a verificada em relação à *conscienciosidade*, pois encontramos apenas dois casos de significância estatística e os sentidos são contraditórios. Enquanto no México a escala desse

componente afeta positivamente o envolvimento (10,1%), no Uruguai o efeito é inverso, reduzindo a probabilidade de protesto (em 7,2%). Assim como trabalhos anteriores apontaram (Mondak, 2010; Mondak *et alii*, 2010; Gallego & Oberski, 2012), esse componente não tem se apresentado como importante preditor do comportamento político.

O conjunto desses resultados contribuem para a confirmação da relevância das diferenças psicológicas individuais sobre o comportamento político de natureza contestatória no contexto latino-americano. Ainda que os efeitos isolados de cada um dos cinco grandes fatores não tenham sido generalizados, é importante notar que em apenas quatro dos 16 países não verificamos impactos de ao menos um dos traços. Nos casos destacados anteriormente, tais efeitos foram maiores ou equivalentes aos produzidos por variáveis clássicas nos estudos sobre comportamento. Os destaques sem dúvida vão para a *extroversão* (no sentido positivo) e para a *sociabilidade* (no sentido negativo), indicando que entre os cidadãos da região que pontuam nesses dois componentes, observa-se uma tendência a comportamentos distintos no que diz respeito a essa modalidade de atuação política.

Considerações finais

A intuição ou sugestão de que diferenças de personalidade afetam a forma como os indivíduos interagem com as instituições, os objetos e os atores políticos vem de longa história e sua aceitação é relativamente generalizada. Isso, todavia, não tem, até o presente momento, se convertido em um volume respeitável de trabalhos para uma literatura que procura testar empiricamente hipóteses derivadas. Como argumentamos ao longo desse artigo, a falta de consenso básico sobre uma definição operacionalizável de personalidade e a carência de instrumentos parcimoniosos para a sua mensuração impediram, durante muito tempo, a investigação das possíveis relações entre essas diferenças psicológicas e os padrões de valores, atitudes e comportamentos políticos. Felizmente, esses obstáculos têm sido gradualmente superados e alguns poucos trabalhos já começam a ser publicados sobre temas como ideologia, democratismo, tolerância e algumas dimensões da participação. Sobre esse último tema, todavia, as iniciativas de pesquisa são ainda raras.

A intenção deste trabalho foi contribuir para esse campo, apresentando resultados de investigação sobre os efeitos das dimensões ou dos fatores de personalidade sobre o que chamamos de participação contestatória ou de protesto no contexto latino-americano. Nosso objetivo foi, por um lado, acrescentar informações sobre uma modalidade de envolvimento político pouco abordada e, por outro, contemplar o amplo cenário das jovens democracias latino-americanas, ainda não focalizado nesse tipo de estudo.

Em termos gerais, os resultados apresentados na seção anterior confirmam para essa região alguns efeitos identificados por investigações anteriores sobre outras modalidades e em outros contextos. Os principais foram o impacto positivo do fator *extroversão* e o efeito negativo do fator *sociabilidade*. No primeiro caso, a razão fundamental está na associação entre esse componente e a predisposição para interação social e envolvimento em redes de relacionamentos reais amplas. No segundo, a explicação passa principalmente pela associação do componente à negação do conflito, uma característica fundamental das modalidades contestatórias de engajamento político.

É importante reconhecer, entretanto, que mesmos os efeitos destes dois traços não foram generalizados entre os países, o que sugere a necessidade de novas pesquisas utilizando outras fontes de dados para verificar a consistência desses achados e também análises mais aprofundadas sobre cada um dos países. Como sempre acontece em estudos envolvendo um conjunto grande de unidades nacionais, abdicamos da discussão dos casos particulares em prol da construção de um quadro regional geral.

Em razão da natureza dos dados utilizados, outra limitação importante deve ser mencionada: dentre os poucos trabalhos sobre os efeitos da personalidade sobre o protesto, apenas o de Aina Gallego e Daniel Oberski (2012) focalizam distintas formas de contestação. Os demais trabalhos (Mondak *et alii*, 2010; Vecchione & Caprara, 2009) resumem o protesto a uma única questão, tal como foi apresentado neste artigo. No nosso caso, essa generalização decorre exclusivamente à ausência de questões específicas sobre abaixo-assinados, manifestações, boicotes, ocupações, bloqueios de tráfego e outras formas de contestação na base de dados do Lapop. A bateria de questões sobre personalidade consta apenas na onda de 2010, ano em que a pergunta sobre envolvimento em protestos é única⁶. Na onda de 2012, a bateria de perguntas sobre protesto é detalhada, mas, desta vez, faltam as questões sobre personalidade.

Não queremos com isso criticar a nossa fonte de dados, pelo contrário, acreditamos que a iniciativa dos organizadores do Lapop de inserir as questões sobre componentes de personalidade, além de inédita em um projeto internacional de grande alcance, deve servir de inspiração para outras pesquisas.

Abstract: Recent investigations have identified an ambiguous scenario of reduction in citizen involvement in traditional forms and considerable increases in contesting forms of mobilization. The interpretations of the consequences of this phenomenon are diverse, some pointing to the dangers of traditional demobilization and apathy and seeing the other defense boost for democratic deepening. For possible causes, we find clear division into two dominant perspectives. On one side

6. Apenas para a Argentina existem dados sobre formas específicas de protesto na onda de 2010, o que possibilita pesquisa detalhada futura envolvendo apenas esse país.

we have researchers who emphasize the structural or macro factors such as the level of national economic development and the degree of openness of the political system. On the other, we found authors pointing to the importance of individual attributes, such as feelings, attitudes and values. In this second analytical perspective, however, a relevant aspect remains largely unexplored: the individual personality. Recent advances in studies in social psychology on this topic have revealed that individuals differ in terms of striking psychological traits that are reflected in more innovative or conservative, outgoing or shy, or inconsequential responsible, among other behaviors. Despite the plausible relationship between these personality types and patterns of political behavior, few studies have been developed on this conditionant of citizen engagement in different forms of political activism. This paper presents results of research that sought to test empirically some hypotheses about this relationship, specifically focusing on political protest among the Latin American public. The empirical basis for the tests consists of the data produced by the Latin American Public Project (LAPOP), in its 2010 wave, for a set of 17 countries. Through multivariate statistical models, we found that some of the components of personality are associated consistently contesting the way activism in the region analyzed.

Keywords: political participation , political protest, personality, political psychology , Latin America.

Referências

ADORNO, Theodor W. *et alii*. *The authoritarian personality*. New York: Harper, 1950.

ALLPORT, Gordon; ODBERT, Henry. Trait-names: a psycho-lexical study. *Psychological Monographs*, v. 47, n. 211, 1936.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BARRICK, Murray; MOUNT, Michael. The Big Five personality dimensions and job performance: a meta-analysis. *Personnel Psychology*, v. 44, p. 194-230, 1991.

BLAIS, André; LABBÉ ST.-VINCENT, Simon. Personality traits, political attitudes, and the propensity to vote. *European Journal of Political Research*, v. 50, n. 3, p. 395-417, 2011.

BOLGER, Niall; SCHILLING, Elizabeth. Personality and the problems of everyday life: the role of neuroticism in exposure and reactivity to daily stressors. *Journal of Personality*, v. 59, p. 335-86, 1991.

BOOTH-KWLEY, Stephanie; VICKERS, Ross. Associations between major domains of personality and health behavior. *Journal of Personality*, v. 62, p. 281-98, 1994.

BURKE, Ronald; MATTHIESEN, Stig Berge; PALLESEN, Stale. Workaholism, organizational life and well-being of Norwegian nursing staff. *Career Development International*, v. 11, n. 5, p. 463-477, 2006.

CATTELL, Raymond. *Personality and mood by questionnaire*. San Francisco: Jossey-Bass, 1973.

———. Validation and Interpretation of the 16 P. F. Questionnaire. *Journal of Clinical Psychology*, v. 12, n. 3, p. 205-14, 1956.

———. Confirmation and clarification of primary personality factors. *Psychometrika*, v. 12, p. 197-220, 1947.

CONNOLLY, James; KAVANAGH, Erin; VISWES-VARAN, Chockalingam. The convergent validity between self and observer ratings of personality: a meta-analytic review. *International Journal of Selection and Assessment*, v. 15, n. 1, p. 110-117, 2007.

COSTA, Paul; McCRAE, Robert. *Personality in adulthood. A Five Factor Theory perspective*. New York: Guilford, 2003.

DALTON, Russell; ROHRSCHEIDER, Robert. Political action and the political context: a multilevel model of environmental activism. In: FUCHS, D. *et alii* (Eds.). *Citizen and democracy in East and West: studies in political culture and political process*, p. 333-350. Opladen: Westdeutscher Verlag, 2002.

DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (Eds.). *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. New York: Oxford University Press, 2001.

DALTON, Russell; SICKLE, Alix; WELDON, Steven. The individual-institutional nexus of protest. *British Journal of Political Science*, n. 40, p. 51-73, 2009.

DENNY, Kevin; DOYLE, Orla. Political interest, cognitive ability and personality: determinants of voter turnout in Britain. *British Journal of Political Science*, v. 38, p. 291-310, 2008.

DUDLEY, Nicole *et alii*. A meta-analytic investigation of conscientiousness in the prediction of job performance. *Journal of Applied Psychology*, v. 91, p. 40-57, 2006.

EYSENCK, Hans Junger. *The psychology of politics*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1954.

———. *Dimensions of personality*. London: Routledge, 1947.

ERIKSON, Erick. *Gandhi's truth*. New York: Norton, 1969.

———. *Young man luther*. New York: Norton, 1958.

FRIEDMAN, Henry *et alii*. Does childhood personality predict longevity? *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 65, p. 176-85, 1993.

FUNDER, David. Persons, situations, and person-situation interactions. In: JOHN, Oliver; ROBINS, Richard; PERVIN, Lawrence (Eds.). *Handbook of personality: theory and research*, p. 568-580. New York: Guilford Press, 2008.

GALLEGO, Aina; OBERSKI, Daniel. Personality and political participation: the mediation hypothesis. *Political Behavior*, v. 34, p. 424-451, 2012.

GEORGE, Alexander; GEORGE, Juliette. *Woodrow Wilson and colonel house: a personality study*. New York: Dover, 1964.

GERBER, Alan; GREEN, Donald; LARIMER, Christopher Willian. Social pressure and voter turnout: evidence from a large-scale field experiment. *American Political Science Review*, v. 102, n. 1, p. 33-48, 2008.

GERBER, Alan *et alii*. Personality traits in the political arena. *Annual Review of Political Science*, v. 14, p. 265-287, 2011.

———. Personality and political attitudes: relationships across issue domains and political contexts. *American Political Science Review*, v. 104, n. 1, p. 111-133, 2010.

GOLDBERG, Lewis. The development of markers for the Big Five Factor structure. *Psychological Assessment*, v. 4, n. 1, p. 26-42, 1992.

———. An alternative “description of personality”: the Big-Five factor structure. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 59, n. 6, p. 1216-1229, 1990.

GREENSTEIN, Fred. *The George W. Bush presidency: an early assessment*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

HAMBRICK, David *et alii*. The roles of ability, personality, and interests in acquiring current events knowledge: a longitudinal study. *Intelligence*, v. 36, n. 3, p. 261-278, 2008.

HORN, Josh; NELSON, Carnot; BRANNICK, Michael. Integrity, conscientiousness and honesty. *Psychological Reports*, v. 95, p. 27-38, 2004.

HUANG, Tsai-Jung; CHI, Su-Cheng; LAWLER, John. The relationship between expatriates. Personality traits and their adjustment to international assignments. *International Journal of Human Resource Management*, v. 16, p. 1636-1670, 2005.

JUNG, Carl Gustav. *On the psychology of the unconscious*. New Jersey: Princeton Standard Edition, 1917.

LAURSEN, Brett; PULKKINEN, Lea; ADAMS, Ryan. The antecedentes and correlates of agreeableness in adulthood. *Developmental Psychology*, v. 38, p. 591-603, 2002.

- McCLOSKEY, Herbert. Conservatism and personality. *The American Political Science Review*, v. 52, n. 1, p. 27-45, 1958.
- McCRAE, Robert *et alii*. Sources of structure: genetic, environmental, and artifactual influences on the covariation of personality traits. *Journal of Personality*, v. 69, p. 511-535, 2001.
- McCRAE, Robert; COSTA, Paul. Cross-cultural perspectives on adult personality trait development. In: MROCZEK, Daniel K.; LITTLE, Todd D. (Eds.). *Handbook of personality development*, p. 129-145. Hillsdale (NJ): Lawrence Erlbaum Associates, 2006.
- . *Personality in Adulthood: a Five-Factor theory perspective*. New York: The Guilford Press, 2003.
- . Different points of view: self-reports and ratings in the assessment of personality. In: FORGAS, Joseph P.; INNES, J. Michael (Eds.). *Recent advances in social psychology: an international perspective*, p. 429-439. Amsterdam: Elsevier, 1989.
- McCRAE, Robert; JOHN, Oliver. An introduction to Five Factor Model and its applications. *Journal of Personality*, v. 60, p. 175-215, 1992.
- MILBRATH, Lester. *Political participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- MISCHEL, Walter. *Personality and assessment*. New York: Wiley, 1968.
- MONDAK, Jeffery. *Personality and the foundations of political behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MONDAK, Jeffery; HALPERIN, Karen. A framework for the study of personality and political behavior. *British Journal of Political Science*, v. 38, p. 335-562, 2008.
- MONDAK, Jeffery *et alii*. The participatory personality: evidence from Latin America. *British Journal of Political Science*, v. 41, n. 1, p. 211-221, 2011.
- . Personality and civic engagement: an integrative framework for the study of trait effects on political behavior. *American Political Science Review*, v. 104, n. 1, p. 85-110, 2010.
- MOSS, Simon *et alii*. Maintaining a open mind to closed individuals: the effects of resource availability and leadership style on the association between openness to experience and organizational commitment. *Journal of Research in Personality*, v. 41, p. 259-275, 2007.
- MUSSEN, Paul; WYSZYNSKI, Anne. Personality and political participation. *Human Relations*, v. 5, n. 1, p. 65-82, 1952.

NORRIS, Pippa. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, D. (Eds.). *The Oxford handbook of comparative politics*, p. 628-652. Oxford: Oxford University Press, 2007.

PULFORD, Briony; SOHAL, Harjit. The influence of personality on HE students' confidence in their academic abilities. *Personality and Individual Differences*, v. 41, p. 1409-1419, 2006.

RENSHON, Stanley. *The Clinton presidency: campaigning, governing and the psychology of leadership*. Bolder: Westview, 1995.

RIEMANN, Reiner *et alii*. Personality and the attitudes toward current political topics. *Personality and Individual Differences*, v. 15, p. 313-321, 1993.

ROKEACH, Milton. *The open and closed mind: investigation into the nature of belief systems and personality systems*. New York: Basic Books, 1960.

SNIDERMAN, Paul. *Personality and democratic politics*. Berkeley: University of California Press, 1975.

SULLIVAN, John; PEIRESON, James; MARCUS, George. *Political tolerance and American democracy*. Chicago: University Chicago Press, 1982.

STENNER, Karen. *The authoritarian dynamic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TARROW, Sidney. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TUPES, Ernest; CHRISTAL, Raymond. Recurrent personality factors based on trait ratings. *USAF ASD technical report n. 61-97*. Lackland Air Force Base. Texas: U.S. Air Force, 1961.

VECCHIONE, Michele; CAPRARA, Gian Vittorio. Personality determinants of political participation: the contribution of traits and self-efficacy beliefs. *Personality and Individual Differences*, v. 46, n. 4, p. 487-492, 2009.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. *Participation in America. Political democracy and social equality*. New York: Harper & Row Publishers, 1972.

WINTER, David. Measuring the motives of political actors at a distance. In: POST, Jerrold (Ed.). *The psychological assessment of political leaders: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton*, p. 153-177. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.

WOLAK, Jennifer; MARCUS, George. Personality and emotional response: strategic and tactical responses to changing political circumstances. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 614, p. 172-195, 2007.

YAMAGATA, Shinji *et alii*. Is the genetic structure of human personality universal? A cross-cultural twin study from North America, Europe, and Asia. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 90, n. 6, p. 987-998, 2006.